



2º RELATÓRIO ANUAL

COMPROMISSO COM O VALOR PÚBLICO DE MINAS GERAIS

Avaliação de Políticas Públicas - ciclo 2023

Ficha Técnica

SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - SAPP-MG

Comitê Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Cemap)

Marcel Dornas Beghini – Secretaria-Geral

Camila Barbosa Neves – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda – Controladoria Geral do Estado

Luciana Lopes Nominato Braga – Fundação João Pinheiro

Carlos Alberto Arruda de Oliveira – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

Comitê Executivo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - (Comex)

Controladoria Geral do Estado

Eduardo Souza Batista | titular

Armando Noé Carvalho de Moura Júnior | suplente

Fundação João Pinheiro

Carla Bronzo Ladeira | titular

Carolina Proietti Imura | titular

Marcos Arcanjo de Assis | titular

Claudio Burian | suplente

Juliana de Lucena Ruas Riani | suplente

Luis Felipe Zilli | suplente

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Felipe Magno Parreiras de Souza | titular

Ana Flavia de Castro Moraes | titular

Gabriela Martins Durães Brandão | suplente

Túlio de Souza Gonzaga | suplente

Ficha Técnica - equipe de avaliadores

NÚCLEO INTEGRADO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO | NIMA-FJP

Amanda Matar de Figueiredo
Carla Bronzo Ladeira
Carolina Portugal Gonçalves da Motta
Carolina Proietti Imura
Cláudia Júlia Guimarães Horta
Cláudio Burian Wanderley
Danielle Ramos de Miranda Pereira
Eduardo Cerqueira Batitucci
Helena Teixeira Magalhães Soares
Ines Helena Oliveira
Juliana de Lucena Ruas Riani
Karina Rabelo Leite Marinho
Karyne Mourthe Miranda
Luís Felipe Zilli
Luiza de Marilac de Souza
Marcos Antonio Nunes
Marcos Arcanjo de Assis
Paulo Cesar Campos Morais
Rafael Almeida de Oliveira
Reinaldo Carvalho Morais
Selma Carvalho
Silvio Ferreira Júnior

Estagiários

Camila da Silva Freitas
Christiana Rosa Ferreira
Deivid Dener Favato
Felipe Pureza Cardoso
Felipe Rozinholi Barros
Hisrael Passarelli Araujo
Maria Elisa Rocha Couto Gomes
Nathália Barbosa Souza e Silva
Rodrigo Wagner Santos Filho
Tomás de Faria Balbino

DIRETORIA CENTRAL DE AUDITORIA EM PROGRAMAS E GOVERNANÇA | CGE-MG

Armando Noé Carvalho de Moura Júnior
Carlos Humberto Ornelas Oliveira
Eduardo Souza Batista
Leonardo Vitorino de Melo

Sumário

- 5 Apresentação
- 6 Como chegamos até aqui? (Linha do Tempo)
- 7 Os tipos de Avaliação
- 8 Plano de Avaliação 2023 (Quadro síntese)

AVALIAÇÕES E ASSESSORAMENTO EM M&A

- 10 Projeto Somar
- 11 Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI)
- 12 SEED - Desenvolvimento do Ecossistema de Empreendedorismo e Startups
- 13 Monitoramento Eletrônico de Pessoas
- 14 Programa de Aquisição de Alimentos
- 15 Rede Cuidar
- 16 Política de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar
- 17 Programa Estadual de Proteção às Testemunhas Ameaçadas (PROVITA)
- 19 Valora Minas
- 20 O que Minas Gerais ganha com este Relatório?

Este é o segundo **Relatório Anual de Compromisso com o Valor Público** do governo de Minas Gerais. Previsto no **Decreto 48.298/2021**, o documento apresenta os principais resultados das avaliações realizadas no ciclo avaliativo 2023, no âmbito do **Sistema Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Minas Gerais – Sapp-MG**.


Minas Gerais é um dos estados pioneiros na institucionalização de um sistema para monitorar e avaliar suas ações e programas governamentais. O Sapp-MG tem o objetivo de qualificar a produção e gestão das políticas públicas do Estado, contribuindo especialmente para a melhoria da qualidade do gasto público mineiro.

O Relatório foi antecedido pelo **Plano Anual de Monitoramento e Avaliação 2023**, que estabeleceu os programas beneficiados pelos processos avaliativos, coordenados e conduzidos pelo Comitê Executivo do Sapp-MG. Ao todo, sete programas de diferentes órgãos estaduais foram avaliados:

- Projeto Somar - SEE
- Programa Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) - SEE
- Programa SEED (*Startups and Entrepreneurship Ecosystem Development*) - SEDE
- Programa Monitoramento Eletrônico de Pessoas - SEJUSP
- Programa de Aquisição de Alimentos - SEAPA
- Política de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar - SEDESE
- Programa Estadual de Proteção às Testemunhas Ameaçadas – PROVITA - SEDESE

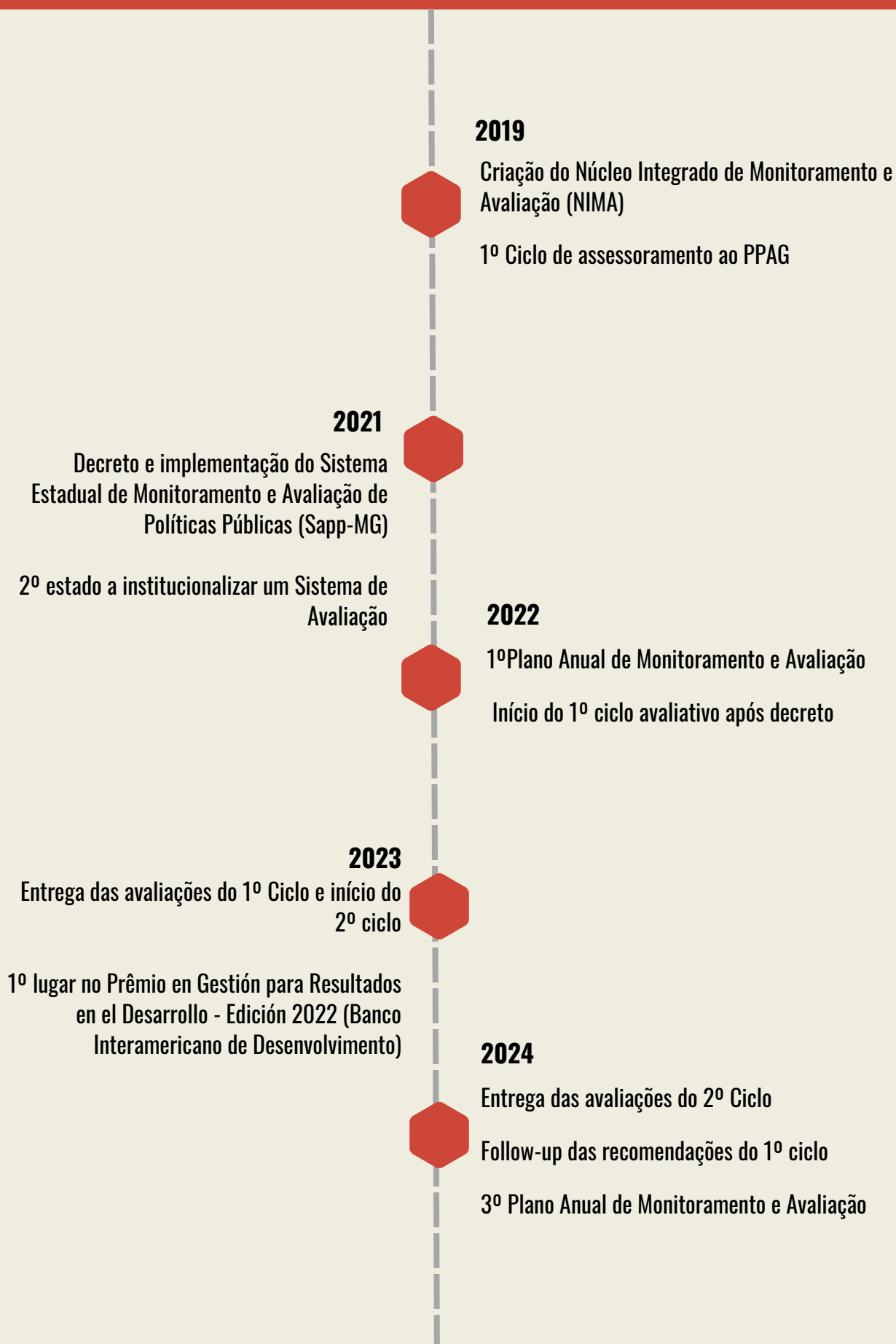
Além dessas avaliações, em 2023, também foram realizadas ações de assessoramento em M&A em conjunto com equipes envolvidas no planejamento e gestão dos seguintes programas e iniciativa governamentais:

- Programa Valora Minas - SES

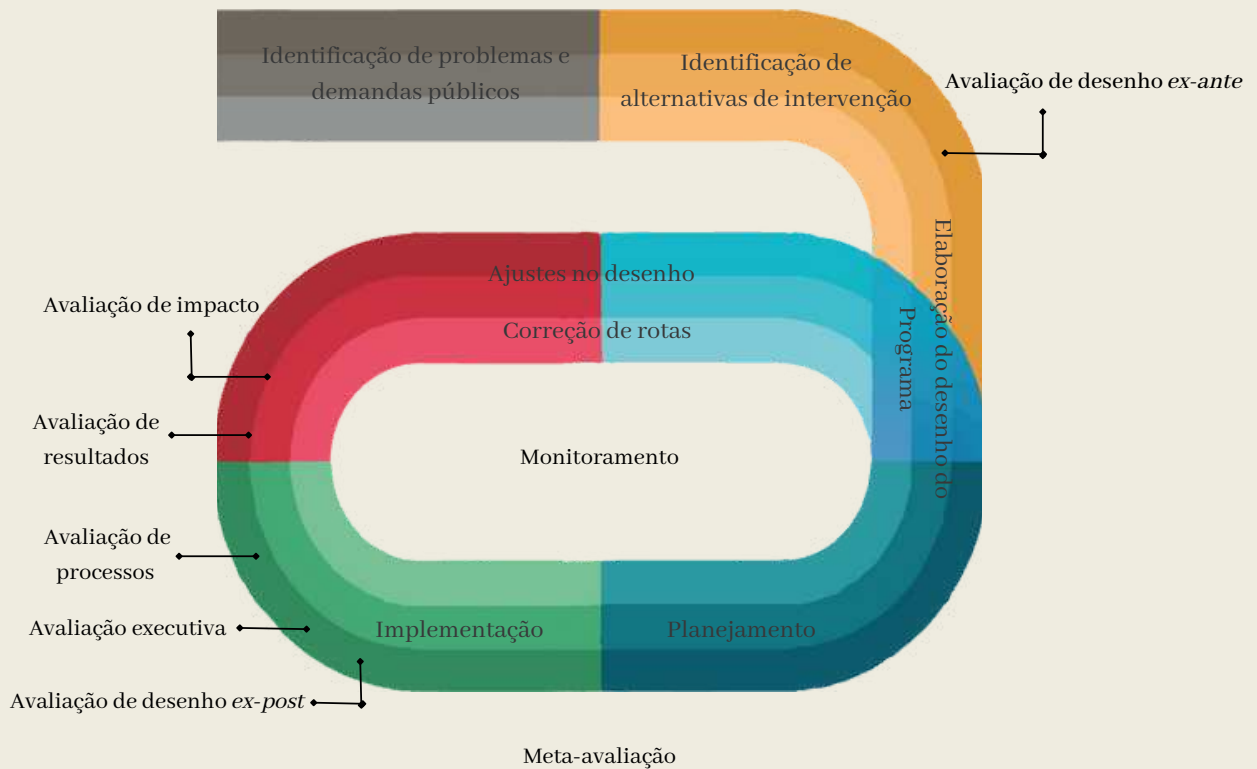
Os resultados dessas ações avaliativas e as **recomendações** para gestores e lideranças são apresentados em fichas sintéticas, contendo: breve descrição do programa (objetivos, *stakeholders* e principais informações), o tipo de avaliação e a metodologia utilizada (fontes e dados), bem como o desempenho do programa nas dimensões de análise (customizadas por programa), seus pontos positivos, pontos de aprimoramento e recomendações. O desempenho de cada dimensão também pode ser observado pelo ícone de medição  (onde vermelho significa desempenho *totalmente insatisfatório* e o verde escuro *totalmente satisfatório*).

Cada uma das avaliações possui **relatórios completos** e **sumários executivos**, onde se encontram informações mais detalhadas sobre o que foi realizado, o percurso metodológico adotado e outras conclusões mais aprofundadas, incluindo os **Mapas de Processos e Resultados (MaPR)** - recurso gráfico para visualização do desenho do programa, a partir de sua estrutura lógica. Tais relatórios podem ser acessados por meio do link disponível nas próprias fichas de avaliação de cada Programa.

Espera-se que os resultados aqui apresentados sejam úteis aos debates e reflexões da alta liderança governamental e dos gestores e gestoras que formulam e implementam os programas estaduais, melhorando, assim, o desempenho e os rumos da estratégia de ação do governo de Minas Gerais.



As ações avaliativas realizadas em 2023 seguiram diferentes enfoques e abordagens, gerando evidências e respostas sobre os programas envolvidos. Os tipos de avaliação realizados podem ser compreendidos a partir das fases do circuito de gestão dos programas públicos, conforme a figura e as definições a seguir:



Fonte: HENRIQUES, Ricardo; CARVALHO, Mirela; BITTAR, Mariana. Gestão na educação em larga escala: Jovem de Futuro: de projeto piloto em escolas para uma política de rede pública. São Paulo, SP: Instituto Unibanco, 2020 (adaptada).

- **Avaliação de resultados (ex-post):** avalia os efeitos mais imediatos gerados pelo programa nas condições de seus beneficiários e a eficácia no alcance dos objetivos previstos.
- **Avaliação de impacto (ex-post):** avalia em que medida as transformações nas condições dos beneficiários podem ser atribuídas exclusivamente à realização do programa.
- **Avaliação de desenho ex-post:** avalia a coerência entre o problema, os meios e os resultados implícitos no desenho de um programa já em fase de implementação.
- **Avaliação executiva (ex-post):** visualiza a estruturação geral e a execução de um programa governamental, apontando oportunidades de melhoria e riscos a serem monitorados.
- **Avaliação de desenho ex-ante:** avalia a coerência entre o problema, os meios e os resultados implícitos no desenho de um programa novo, ou aplica a lógica avaliativa para a elaboração inicial de seu desenho.
- **Assessoramento em M&A:** conjunto de ações de apoio e consultoria técnica para construir capacidades em Monitoramento e avaliação para o planejamento e gestão governamental.

Plano de Avaliação Ciclo 2023 | Quadro-síntese

Programa ou Ação	Órgão responsável	Objetivo	Tipo de avaliação	Responsável
Projeto Somar	SEE	Melhorar a qualidade do ensino com o novo modelo de gestão descentralizada das escolas estaduais	Implementação (ex-post)	FJP (coordenação e execução)
Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI)	SEE	Ampliar a carga horária do ensino médio, para formação integral e inclusão social dos adolescentes e jovens, propiciando-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e de exercício efetivo da cidadania.	Resultados e Impacto (ex-post)	FJP (coordenação e execução)
SEED	SEDE	Desenvolver o ecossistema de startups para multiplicar os empreendedores no Estado.	Resultados (ex-post)	FJP (coordenação e execução)
Monitoramento Eletrônico de Pessoas	Sejusp	Medida alternativa à pena privativa de liberdade, para diminuir a superlotação das unidades prisionais, os gastos com o sistema convencional e promover reintegração dos indivíduos à sociedade.	Desenho (ex-post)	FJP (coordenação e execução)
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Seapa	Promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.	Resultados (ex-post)	FJP (coordenação e execução)
Rede Cuidar	SEDESE	Aprimorar a rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social – Suas	Resultados (ex-post)	FJP (coordenação e execução)
Política de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar	SEDESE	Articular, elaborar e coordenar as ações de promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres.	Avaliação Executiva (ex-post)	CGE (coordenação e execução)
Programa Estadual de Proteção às Testemunhas Ameaçadas – PROVITA	SEDESE	Proporcionar proteção e assistência às pessoas ameaçadas e ao seu núcleo familiar em virtude de colaboração com investigações ou processos criminais.	Avaliação Executiva (ex-post)	CGE (coordenação e execução)
Valora Minas	SEE	Qualificar a assistência hospitalar, ampliar o acesso, fortalecer as Redes de Atenção à Saúde e responder às demandas e necessidades de atenção à saúde da população mineira.	Assessoramento para Desenho e Indicadores	FJP (coordenação e execução)



**Avaliações
ex-post**

Objetivo: Melhorar a qualidade do ensino, com o novo modelo de gestão compartilhada de escolas estaduais entre a SEE e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (OSC)

Atores envolvidos

- Gestores da SEE e da OSC contratada
- Diretores
- Professores
- Estudantes

O programa em números

(2022 a 2023)

- Projeto piloto em três escolas (duas em Belo Horizonte e uma em Sabará);
- Ações iniciadas em novembro de 2021 e as aulas em 07/02/2022;
- Previsto na LOA de 2023 R\$11.878.666,00.





Público-alvo

- Aproximadamente 1.700 estudantes por ano nas três escolas-piloto estaduais.

Metodologia -Avaliação de Implementação-

- Métodos quantitativos e qualitativos
- Aplicação de entrevistas (gestores da SEE e OSC contratada) e de questionário (professores)
- Grupos focais com estudantes das escolas envolvidas

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Desempenho nas dimensões	Pontos positivos	Pontos de atenção
 <p>FINANCIAMENTO E GESTÃO ADMINISTRATIVA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) para contratação de OSC e Decreto Estadual 47.132/2017; • Possibilidade de contratar professores com maior carga horária na escola; • Alguns procedimentos administrativos tornaram-se mais céleres e eficazes para os diretores com a contratação de auxiliares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não utilização dos recursos do Fundeb devido à falta de clareza na legislação sobre essa possibilidade; • Dificuldade em equilibrar a autonomia pedagógica das escolas com as exigências do MROSC; • Limitação orçamentária estabelecida pelo Termo de Colaboração regido pelo MROSC gera um risco de redução da qualidade da educação; • Alta rotatividade de professores e diretores, acompanhada de uma reposição lenta destes profissionais; • Excesso de procedimentos burocráticos (sobreposição de sistemas informacionais).
 <p>GOVERNANÇA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 60% dos professores consideram a gestão compartilhada como tranquila, com percepções variando entre as escolas; • Capacitação dos professores oferecida pelo Projeto Somar é considerada boa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouca clareza em relação à governança, com foco nos fluxos, nas funções e nas responsabilidades das partes envolvidas; • Diretores com pouca autonomia para tomada de decisão tanto pedagógica quanto administrativa.
 <p>GESTÃO PEDAGÓGICA E RESULTADOS EDUCACIONAIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A maioria dos professores afirma que foram incorporadas propostas pedagógicas inovadoras; • Em uma das escolas, a percepção é de que o ambiente de aprendizado é dinâmico e positivo (papel importante dos gestores escolares); • Melhoria na taxa de aprovação, aumento médio de 14% nas três escolas; • Docentes percebem aumento da participação da família nas três escolas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em duas escolas a percepção é de que as aulas são pouco dinâmicas e não há conexão entre a proposta pedagógica e a prática (gestão escolar menos eficiente e alinhada aos objetivos do projeto); • Em uma das escolas, 25% dos estudantes saíram da escola e as causas precisam ser melhor investigadas.
 <p>SISTEMÁTICA DE M&A</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de comissões de monitoramento e avaliação, para acompanhar a execução e os resultados do plano de trabalho. • Acompanhamento pedagógico contínuo das escolas pela equipe da OSC. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de um painel de indicadores que simplifique e aprimore o monitoramento. • Falta de informações iniciais (linha de base) para realizar avaliação de impacto e de custo-benefício.

RECOMENDAÇÕES

Construir painel de indicadores para monitoramento contínuo e coletar informações iniciais das novas escolas que irão fazer parte do projeto.	Simplificar procedimentos administrativos, com a unificação de sistemas de diários.	Rever as limitações de contratação de pessoal constantes no Decreto Estadual nº 47.132/2017 (relações de parentesco).	Aprimorar a estratégia pedagógica e de gestão administrativa nas duas escolas com piores resultados.	Aprimorar plano de comunicação para a comunidade escolar, dando mais transparência.	Criar espaços de diálogos com estudantes.
---	---	---	--	---	---

Objetivo: Ampliar a carga horária do ensino médio, para promover a formação integral e a inclusão social dos adolescentes e jovens, propiciando-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e de exercício efetivo da cidadania.

Atores envolvidos

- Gestores da SEE
- Diretores
- Professores e estudantes do ensino médio

O programa em números

(2014 a 2020)

- Em 2023, o programa chegou em 719 escolas, abrangendo 406 municípios.
- Em 2022, foram atendidos cerca de 64 mil estudantes.
- Previstos na LOA de 2023 R\$137.215.726,00.

Público-alvo

- Estudantes do ensino médio

Metodologia - Avaliação de Impacto -

- Métodos quantitativos e qualitativos
- Aplicação de entrevistas (gestores da SEE), questionários (professores) e uso de dados secundários
- Avaliação de impacto utilizando o método do Pareamento por Escore de Propensão (Propensity Score Matching - PSM) e o de diferenças em diferenças.

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Desempenho nas dimensões	Pontos positivos	Pontos de atenção
 <p>ATIVIDADES INTEGRADORAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 63% dos professores avaliam o engajamento e o desempenho dos estudantes nos projetos de pesquisa e intervenção como bom ou muito bom; • 76% dos professores relatam que a escolha das disciplinas eletivas foi conduzida de forma democrática, envolvendo diretores, professores e estudantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cerca de 50% dos professores não são de tempo integral na escola, que é fator importante na proposta pedagógica do EMTI; • 61% dos professores não consideram os materiais, insumos e equipamentos para práticas experimentais adequados; • 26% dos professores que lecionaram a disciplina projeto de vida não foram capacitados para ministrá-la.
 <p>INFRAESTRUTURA E IMPLEMENTAÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 63% dos professores que responderam ao questionário receberam capacitação específica sobre o EMTI; • 60% dos professores capacitados perceberam a qualidade como boa ou muito boa; • 88% dos professores responderam que houve implantação de projetos de pesquisa e intervenção nas escolas onde trabalham. 	<ul style="list-style-type: none"> • 54% dos professores acreditam que a infraestrutura da escola não é adequada para a implementação do EMTI; • A rotatividade dos professores contratados (50% são contratados) requer constante oferta de capacitação para a proposta pedagógica do EMTI.
 <p>IMPACTO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os estudantes em tempo integral nas escolas EMTI apresentaram maior proficiência em relação aos demais estudantes: 21 pontos em língua portuguesa e 14 pontos em matemática. 	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas que implementaram o EMTI apresentaram taxas de rendimento pior (1 ponto percentual maior em abandono e reprovação); • Dados de evasão sugerem que estudantes com menores notas e desempenho tendem a sair do EMTI (notas 11 pontos a menos em Língua Portuguesa e 8 pontos a menos em matemática em relação aos que não evadiram).

RECOMENDAÇÕES

Estudos e diagnósticos sobre os motivos da evasão no EMTI.	Expandir o EMTI profissional.	Estudos de viabilidade para aumento da carga horária dos professores na escola.	Esclarecer a proposta pedagógica do EMTI para a comunidade escolar.	Priorizar professores efetivos para evitar rotatividade e otimizar capacitação.	Melhorar a estrutura física das escolas.
--	-------------------------------	---	---	---	--

Objetivo: O SEED - Startups and Entrepreneurship Ecosystem Development - busca desenvolver o ecossistema de startups e inovação para alavancar o desenvolvimento econômico do estado.

Atores envolvidos

- Secretaria de Desenvolvimento Econômico SEDE/MG
- entidades parceiras variam entre as edições
- Startups tecnológicas

O programa em números

(2020 a 2023)

- Sete edições entre 2013 e 2022
- 311 startups tecnológicas beneficiadas
- 226 startups estão ativas (81% do total)
- 2.545 empregos gerados
- R\$178,5 milhões de faturamento anual total (média de R\$1,2 milhões por empresa) em valores de 2024.




Público-alvo

- Startups tecnológicas (MG, outros estados e países)

Metodologia -Avaliação de Resultados-

- Revisão bibliográfica e entrevistas com atores relevantes
- Análise de dados secundários e administrativos
- Aplicação de questionário (111 respostas).

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Desempenho nas dimensões	Pontos positivos	Pontos de atenção
 <p>ECONÔMICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> Mais de 66% dos respondentes acreditam que o SEED impactou de forma positiva o faturamento, o número de funcionários e as parcerias e colaborações; Pouco mais de 2% das 88 empresas ouvidas tiveram suas atividades encerradas (taxa inferior ao que se observa no setor); Mais de 80% dos respondentes declararam que o SEED contribuiu para expansão da rede de contatos e as oportunidades de parcerias com outras startups. 21% do faturamento anual gerado pelas startups ativas em Minas Gerais pagam todos os subsídios dados pelo programa (em suas sete edições). Custo por emprego gerado (e mantido) seria de R\$ 31 mil. 	<ul style="list-style-type: none"> O programa deve aprofundar as ações que permitam que startups encontrem novos financiamentos e investidores, como por exemplo, ampliar mentorias e treinamentos.
 <p>QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS EMPREENDEDORES</p>	<ul style="list-style-type: none"> Programa permitiu que as startups selecionadas pudessem se qualificar; 90% das startups ouvidas consideram o ajuste no modelo de negócios e na proposta de valor da nova empresa como relevante ou muito relevante para as startups iniciantes. 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar oferta de mentorias, treinamentos gerenciais para um maior número de startups, com possibilidade de uso da plataforma do SIMI (Sistema Mineiro de Inovação) para cursos à distância.
 <p>GEOGRÁFICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> Quase 60% das startups beneficiadas que ficaram em Minas têm sua sede na região metropolitana de Belo Horizonte. 	<ul style="list-style-type: none"> Há polos incipientes de startups no interior, o que cria a necessidade consolidá-los, ampliar o atendimento para fora da capital e desenvolver novos projetos.

RECOMENDAÇÕES

Implementar banco de dados sobre as startups beneficiadas e manter sempre atualizado.

Expandir para o interior, buscando consolidar o ecossistema de startups tecnológicas e inovações nas diferentes regiões do estado.

Conectar startups com fontes de financiamento privado.

Ampliar mentorias, treinamentos e mecanismos de parcerias estratégicas para um número maior de startups no estado (não só aquelas beneficiadas pelo programa).

Objetivo: Medida alternativa à pena privativa de liberdade, contribuindo para diminuir a superlotação das unidades prisionais, os gastos com o sistema convencional e promover a efetiva reintegração dos indivíduos à sociedade.

Atores envolvidos

- Diretoria Gestora de Monitoração Eletrônica do Departamento Penitenciário (DGME), da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (gestores e técnicos).

O programa em números

(2023 e 2024)

- 10 polos, em 8 municípios;
- 5.722 usuários de tornozeleira eletrônica entre 2023 e 2024.
- 1ª implantação em 2010.

Público-alvo

- Pessoas em prisão domiciliar, em medida cautelar, agressores e vítimas beneficiadas por medidas protetivas derivadas da Lei Maria da Penha.

Metodologia -Avaliação de desenho-

- Informações qualitativas, primárias e secundárias.
- Triangulação de fontes e técnicas de coleta de informações documentais e oriundas de entrevistas (9 entrevistas, que totalizaram 10 horas)

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Desempenho nas dimensões	Pontos positivos	Pontos de atenção
 <p>MOTIVADORES DO PROGRAMA E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Avanços tecnológicos contribuíram para o surgimento de novas formas de vigilância e controle dos indivíduos como as tornozeleiras. • O programa é uma resposta ao alto custo do sistema prisional, superlotação e dificuldades no processo de ressocialização; • É uma alternativa à pena privativa de liberdade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não houve a elaboração do desenho formal do programa no momento de implementação; • A monitoração eletrônica não substitui a pena privativa de liberdade deixando de cumprir um de seus objetivos; • A tecnologia existente não é suficiente para diminuir o corpo técnico.
 <p>MARCO CONCEITUAL E ANALÍTICO DO PROGRAMA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O edital de contratação das empresas que administram o programa abordou de forma suficiente objetivos e meios; • A expansão do programa baseou-se em critérios técnicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • O público-alvo ainda é indefinido; • Não há registros das ações que compõem o programa e como estas se relacionam a seus objetivos; • O programa não incorporou ações voltadas para a ressocialização em seu desenho.
 <p>ORGANIZAÇÕES E ATORES</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O papel dos atores foi bem definido na Resolução nº 205/2016, elaborada e ratificada pela pasta do sistema prisional, pela Polícia Militar, Polícia Civil, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública; • O diálogo entre a DGME e as demais forças de segurança é avaliado como positivo pelos servidores do programa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Interlocução entre a DGME e o Sistema de Justiça Criminal parece ter se perdido após o período de implementação do programa; • A Polícia Penal não sabe como agir diante de casos de monitorados que foram flagrados por outras forças de segurança cometendo violações; • É necessário definir qual é a instituição responsável pela manutenção da equipe multidisciplinar que atende o programa.
 <p>PROCESSOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Sistema SAC 24 produz relatórios automáticos e periódicos indicando o número de monitorados ativos, sua distribuição por tipos de medidas e a quantidade de violações cometidas nos últimos 30 dias. 	<ul style="list-style-type: none"> • O programa não possui indicadores que mensurem seu desempenho, não sendo capaz de avaliar os objetivos têm sido alcançados nem quais os impactos da medida sobre a vida dos monitorados e seus familiares.

RECOMENDAÇÕES

Adoção de padrões internacionais de monitoração de pessoas.

Realização de diagnósticos capazes de identificar efeitos da monitoração.

Revisão da perspectiva punitivista que gera sobreposição de penas. e gerando ineficiência e sobregasto.

Desenvolvimento e utilização de indicadores para monitorar e avaliar o programa.

Incorporação de dimensões de avaliação de impacto, especialmente em relação aos objetivos de reinserção social e sua integração com outras políticas.

Objetivo: Promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

Atores envolvidos

- Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA)
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater)
- Agricultores familiares
- Instituição e famílias beneficiárias

O programa em números (2018 a 2023)

- 79 gêneros alimentícios entregues
- 5.490 agricultores contemplados
- 169 municípios contemplados
- R\$ 31,5 mi em repasses para os agricultores familiares
- 12,2 mi toneladas de alimentos entregues a entidades socioassistenciais

Público-alvo

- Beneficiários produtores: agricultores familiares;
- Beneficiários consumidores: restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, serviços públicos de saúde.

Metodologia -Avaliação de resultado-

- Entrevistas e aplicação de questionários para os técnicos da Emater e coordenadores municipais;
- Análise de dados públicos e administrativos.

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Dimensões da avaliação	Pontos positivos	Pontos de aprimoramento
 <p>FOCALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os municípios contemplados têm, em média, 59% de sua população inscrita no CadÚnico (13 pp. a mais que os não contemplados) • 87% dos municípios contemplados têm IDH menor do que 0,7, parâmetro estipulado pela coordenação para focalização; • 99% dos recursos destinados ao estado foram executados; • 28.709 visitas realizadas por extensionistas da Emater relacionadas ao PAA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar focalização para selecionar municípios com níveis mais baixos de vulnerabilidade • Definir parâmetros mínimos de qualidade para coordenações municipais (47% dos coordenadores não tem nível superior) • Ainda há municípios atendendo menos de 50% de mulheres entre o total de agricultores.
 <p>AGRICULTURA FAMILIAR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Em média, 13% dos agricultores registrados nos municípios selecionados foram beneficiados pelo programa; • Impacto de R\$ 3,8 mil reais para cada agricultor, por rodada do programa. • Em uma escala de 1 a 5, os-coordenadores municipais e os técnicos da Emater atribuíram uma nota maior que 4 para o impacto na atividade agrícola das mulheres; • 95% dos técnicos da Emater declararam que o PAA influencia significativamente na renda do produtores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diálogo entre agricultores beneficiários e entidades receptoras para ajustes no planejamento da produção e recebimento dos produtos; • Continuidade do programa nos municípios contemplados para o planejamento da participação por parte dos agricultores; • Impacto reduzido sobre os quilombolas e os indígenas, com coordenadores municipais e técnicos da Emater atribuindo nota menor que 3.
 <p>SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 64% das instituições que receberam alimentos produzidos por recursos do PAA eram de assistência social; • 73% dos beneficiários consumidores receberam os alimentos duas ou mais vezes por mês; • Diversidade de alimentos ofertada: média de 30 gêneros alimentícios distintos entregues por município; • Em uma escala de 1 a 5, os coordenadores municipais e os técnicos da Emater atribuíram uma nota maior que 4 na redução da insegurança alimentar e na melhora da saúde coletiva. 	<ul style="list-style-type: none"> • A entrega de alimentos ocorre de forma intermitente, não sendo uma alternativa perene para o combate à insegurança alimentar; • O programa está pouco articulado com outras ações de assistência social nos municípios.

RECOMENDAÇÕES

Aprimorar os critérios para seleção dos municípios e ampliar parâmetros mínimos de contrapartidas nos municípios.

Capacitar os coordenadores municipais do programa e desenvolvimento de guias e cadernos de orientação.

Aprimorar o processo de gestão de informação dos dados produzidos pelo programa.

Integração com outras áreas do Estado, juntamente com a possibilidade de integrar os produtores agrícolas beneficiados pelo PAA a outros programas da SEAPA

Objetivo: Aprimorar a rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social – Suas, através de incentivo financeiro e apoio técnico e qualificação continuada.

Atores envolvidos

- Sedese
- Loteria Mineira
- Organizações da Sociedade Civil
- Órgãos municipais de Assistência Social
- Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS

O programa em números

- Edição 2017: 275 unidades da rede socioassistencial atendidas com um valor de R\$30.000,00 cada.
- Edição 2019: 105 unidades da rede socioassistencial atendidas, com valores entre 45.000,00 e R\$ 100.000,00.




Público-alvo

- Entidades de assistência social que atendem aos públicos:
- Crianças e adolescentes
 - Pessoa idosa
 - Pessoa com deficiência
 - População em situação de rua

Metodologia - Avaliação de resultado-

- Análise de documentos do Programa
- Análise de dados secundários do Sistema Único de Assistência Social
- Questionário online aplicado a gestores das entidades da edição de 2017
- Entrevistas com gestores centrais do programa e das entidades participantes da edição 2019
- Análise e sistematização de registros administrativos (processos SEI)

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Desempenho nas dimensões	Pontos positivos	Pontos de melhoria
 <p>PERFIL DAS ENTIDADES BENEFICIADAS</p>	<p>Edição 2017</p> <ul style="list-style-type: none"> • Unidades com atendimento a crianças e adolescentes foram priorizadas. • Todas as regiões do estado receberam recursos do programa. <p>Edição 2019</p> <ul style="list-style-type: none"> • Unidades com atendimento a pessoas idosas foram priorizadas. • Nem todas as regiões foram contempladas com o repasse de recurso do programa. <p>Os critérios de elegibilidade e de partilha dos recursos definidos pelo CEAS foram considerados e aplicados em ambas as edições.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do público do programa, com a inserção de unidades de atendimento ao jovem egresso do serviço de acolhimento.
 <p>OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA</p>	<p>Edição 2017</p> <ul style="list-style-type: none"> • A principal dificuldade enfrentada pelas entidades contempladas foi atender às novas exigências do Marco Regulatório de Organizações da Sociedade Civil; <p>Edição 2019</p> <ul style="list-style-type: none"> • As principais dificuldades para a execução do programa pelas entidades foram: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Adaptações na forma de funcionamento das unidades em virtude da pandemia de Covid-19; ◦ Escassez de itens e equipamentos para aquisição no mercado e variação dos preços previstos; ◦ Desconhecimento das exigências legais e da temporalidade necessária para execução de obras. 	<ul style="list-style-type: none"> • Flexibilização das exigências, fluxos e processos inerentes ao convênio de repasse de recursos • Difusão do conhecimento e ampliação do apoio técnico sobre os procedimentos e processos necessários para a execução dos recursos. • A devolução de recursos pelas entidades deve ser evitada.
 <p>RESULTADOS DO PROGRAMA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção positiva dos gestores das entidades contempladas nas duas edições sobre a relevância dos recursos recebidos para o aprimoramento do serviço prestado pelas entidades. • Em ambas as edições, as instituições contempladas investiram no aprimoramento de sua infraestrutura e/ou recursos humanos, além da aquisição de itens novos para utilização na oferta de serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> • O planejamento dos investimentos pelas entidades não é alinhado aos critérios de avaliação do ID Acolhimento, indicador de cálculo de repasses de recursos, sendo necessário implementar estratégias para fomentar a priorização dos investimentos em dimensões de menor desempenho do .

RECOMENDAÇÕES

Selecionar unidades a serem contempladas considerando a sua regionalização, bem como o público em situação de vulnerabilidade da respectiva região.

Implementar o Sistema Informatizado de Gestão dos Termos de Colaboração, a fim de minimizar retrabalhos e falhas nos processos de prestação de contas;

Elaborar manual orientativo sobre o fluxo de contratação de serviços e aquisição de equipamentos, especialmente de reformas, incluindo critérios de financiamento, trâmites e requisitos de prestação de contas, em linguagem clara e acessível.

Realizar capacitação das unidades sobre o Censo SUAS e seu uso no planejamento das ações socioassistenciais, incluindo os parâmetros do ID Acolhimento para a elaboração do Plano de Trabalho.

Objetivo: articular, elaborar e coordenar as ações de promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres.

Atores envolvidos

- Poder Executivo Estadual
- Ministério Público
- Poder Judiciário
- Poder legislativo
- União, municípios e sociedade civil.

O programa em números (2020-2023)

- Contempla os 853 municípios de Minas Gerais, por intermédio de atendimentos realizados, assim como por intermédio de ações desenvolvidas em conjunto com a rede de proteção e capacitações.
- Atendimento médio de 215 mulheres por ano entre 2020 e 2023, sendo realizadas ainda ações em conjunto com demais atores da rede de proteção.



Público-alvo

- Mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Metodologia -Avaliação Executiva-

- Utilização de metodologia inerente aos trabalhos de consultoria.

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Dimensões da avaliação	Pontos positivos	Pontos de aprimoramento
 ESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none">• A partir do Decreto Estadual nº 48.660, de 28 de julho de 2023, a violência contra a mulher passa a ser enfrentada de forma integrada, sendo consideradas as ações necessárias para o combate às vulnerabilidades que favorecem à violência;• Identificados atores relevantes para atuação em conjunto a partir do Diagnóstico do Problema.	<ul style="list-style-type: none">• Diagnóstico da Política e Desenho da Política não discutidos com atores do Programa.
 EXECUÇÃO DA POLÍTICA	<ul style="list-style-type: none">• Mobilização de diversos atores da sociedade na proteção às mulheres vítimas de violência;• Estabelecimento de uma subsecretaria com competência específica para a Política.	<ul style="list-style-type: none">• Possibilidade de aperfeiçoamento nas ações inerentes à atuação dos diversos atores da rede de proteção, considerando competências específicas e a otimização nos resultados a partir do desenvolvimento de ações conjuntas e articuladas;• Possibilidade de revisão dos recursos humanos, financeiros e materiais a partir das competências estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 48.660, de 28 de julho de 2023.

RECOMENDAÇÕES

Estabelecer planejamento e o dimensionamento da estrutura administrativa compatível com as competências estabelecidas para a Política dos Direitos das Mulheres.

Estabelecer protocolo de segurança para as atendidas e para a equipe envolvida.

Promover ações de articulação com os atores da rede de proteção à mulher, visando a otimização e integração de ações.

Objetivo: o Programa Estadual de Proteção às Testemunhas Ameaçadas - PROVITA - busca proporcionar proteção e assistência às pessoas ameaçadas e ao seu núcleo familiar em virtude de colaboração com investigações ou processos criminais.

Atores envolvidos

- Poder Executivo Estadual
- Ministério Público
- Poder Judiciário
- União e sociedade civil.

O programa em números (2021-2023)

- Contempla os 853 municípios de Minas Gerais, sendo premissa a manutenção do sigilo relacionado aos casos sob proteção.
- Recursos da União e do Estado de Minas Gerais, tendo sido executado o valor financeiro anual médio correspondente a R\$ 2.398.596,76



Público-alvo

- Pessoas ameaçadas e o seu núcleo familiar em virtude de colaboração com investigações ou processos criminais.

Metodologia -Avaliação Executiva-

- Utilização de metodologia inerente aos trabalhos de consultoria.

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Dimensões da avaliação	Pontos positivos	Pontos de aprimoramento
 <p>ESTRUTURA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Programa consolidado no âmbito da legislação federal e estadual; • Problema central, causas e consequências do Programa identificados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Divergências identificadas em dispositivos normativos; • Diagnóstico do Problema e Desenho do Programa não discutidos com atores do Programa.
 <p>EXECUÇÃO DO PROGRAMA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participação efetiva da sociedade civil nas ações relacionadas ao Programa; • Recursos federais e estaduais destinados regularmente para as atividades desenvolvidas pelo Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de aperfeiçoamento no mecanismo de transparência, considerando a atuação de diversos atores no Programa; • Possibilidade de aperfeiçoamento no planejamento das ações desenvolvidas pelo Programa.

RECOMENDAÇÕES

Revisar normas jurídicas relacionadas ao Programa.

Estabelecer procedimentos para o aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência, sendo preservado o sigilo em relação à identidade da testemunha assistida pelo Programa.

Estabelecer planejamento das ações a partir da competência dos atores envolvidos no Programa.

The image features a minimalist design on a light beige background. On the right side, a solid red triangle points to the left. Overlapping this triangle and extending further left are three red-outlined triangles, also pointing left, which are slightly offset from each other to create a sense of depth. The word "Assessoramento" is written in a bold, dark grey sans-serif font, positioned in the center of the red triangle.

Assessoramento

Objetivo: qualificar a assistência hospitalar, ampliar o acesso, fortalecer as Redes de Atenção à Saúde e responder às demandas e necessidades de atenção à saúde da população mineira. O foco do assessoramento foi no módulo Valor em Saúde.

Atores envolvidos

- CIB SUS/MG, CIB Macro e CIB Micro;
- Secretaria de Estado de Saúde (SES);
- Superintendência de Políticas de Atenção Hospitalar (SPA);
- Grupo Condutor Estadual de Atenção Hospitalar (GCEAH);
- Comitês Gestores Regionais de Atenção Hospitalar;
- Demais interessados: hospitais, gestão municipal, Conselhos de Saúde.

O programa em números

- Possui 4 módulos, sendo um deles o módulo Valor em Saúde;
- O 1º repasse vinculado à política Valora Minas ocorreu em novembro de 2021;
- Em 2022, do total de R\$1 bilhão de recursos estaduais destinados à política, mais de 70% foram destinados para o módulo Valor em Saúde;
- Em 2023, foi previsto um recurso anual em torno de 1,2 bilhão para o programa como um todo.

Público-alvo

- Hospitais públicos e filantrópicos de relevância Microrregional, Macrorregional e Estadual

Metodologia -Assessoramento-

- Elaboração conjunta (FJP/SES) do desenho do Módulo Valor em Saúde por meio do Mapa de Processos e Resultados;
- Elaboração conjunta do Mapa de Indicadores.

ASSESSORAMENTO GOVERNAMENTAL

Processos	Descrição
ELABORAÇÃO DO DESENHO LÓGICO DO MÓDULO VALOR EM SAÚDE	Sistematização do desenho do módulo Valor em Saúde, a partir da metodologia do Mapa de Processos e Resultados (MaPR). O Mapa apresenta, de forma sintética, o contexto e as conexões lógicas entre as atividades, produtos e resultados e impactos que o programa pretende alcançar. É uma ferramenta importante para compreensão das estratégias e expectativas do política, bem como é a base para o seu monitoramento e avaliação.
ELABORAÇÃO DO MAPA DE INDICADORES	Ferramenta que estabelece o conjunto de indicadores que irá subsidiar as atividades de monitoramento do programa. Utiliza como base a mesma estrutura do Mapa de Processos e Resultados. Os indicadores selecionados podem ser de atividades, produtos, resultados e de impactos da política.

VANTAGENS DA ASSESSORIA GOVERNAMENTAL

Para o Valora Minas e a SES	Para o Governo
Clareza do desenho, processos, etapas, resultados e impactos esperados do programa (desenho lógico/Mapa de Processos e Resultados).	Fortalecimento da cultura de M&A do governo.
Maior controle e precisão dos processos avaliativos.	Minas Gerais como referência na avaliação e monitoramento de recursos destinados aos hospitais de uma maneira sistematizada.

RECOMENDAÇÕES

Manter o Mapa de Processos e Resultados e o Mapa de Indicadores constantemente atualizados, para fortalecer a compreensão interna da equipe e orientar futuros gestores sobre as nuances e complexidades do programa.

Manter base de dados atualizada e coerente com os indicadores selecionados.

Tendo em vista sua complexidade, deve-se manter diálogo constante com todas as partes interessadas na política

O QUE MINAS GERAIS GANHA COM ESTE RELATÓRIO?

Em 2023, segundo ano de atuação do Sapp-MG, foram desenvolvidas oito ações avaliativas com diversas secretarias e órgãos do Estado que utilizaram diferentes metodologias e enfoques e responderam distintas perguntas sobre o desempenho dos programas beneficiados.

Este relatório sintetiza os principais resultados e recomendações, que, se colocadas em prática, poderão aprimorar o desenho, a gestão e os impactos futuros da ação governamental.

Os gestores e gestoras dos programas avaliados colaboraram com a definição das perguntas avaliativas e atuaram de forma mais ou menos participativa, a depender dos tipos de avaliação desenvolvidos. É pressuposto do Sapp-MG a confiança entre a equipe avaliadora e a equipe de gestão dos projetos, de modo que as ações avaliativas sejam vistas como recursos de aprendizagem sobre os programas, e não como punição, fiscalização, controle ou auditoria.

O processo avaliativo sempre exige a sistematização de informações sobre os programas, muitas vezes dispersas e fragmentadas. Com os produtos gerados pelas avaliações é possível organizar informações básicas sobre os programas, evidenciando a articulação entre objetivos, meios e resultados e, portanto, contribuir para a memória das ações desenvolvidas e para o aprendizado organizacional. Esse aprendizado, quando aplicado nas decisões e correções de rotas dos projetos, pode resultar na construção de capacidades em monitoramento e avaliação, no ecossistema governamental e na tomada de decisão de forma estratégica.

O serviço público de Minas Gerais é referência nacional e internacional pela sua alta capacidade de gerenciar o Estado e produzir políticas públicas efetivas. Com o Sapp-MG implementado, o Estado dá mais um passo largo rumo a uma mudança de cultura organizacional perene e sustentável e, desse modo, possibilita que os gestores e gestoras públicas estaduais busquem evidências para aprimorar as políticas desenvolvidas, criando valor público para a sociedade.



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.